



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 – Edital nº 003/2023

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO	Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Processo Administrativo nº: 26.955/2022	
Solicitante: Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças	
Data de abertura: 30/01/2023	Horário: 09:00 horas

Edital de Pregão Eletrônico - EXCLUSIVO ME/EPP - visando a contratação de empresa especializada para realização de Concurso e Seleção Pública, nesta cidade de Imigrante.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IMIGRANTE**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta à licitação nesta unidade, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regida pela Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.948/2021, com aplicação subsidiária da lei federal nº. 8.666/1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A sessão de processamento será realizada no dia **30/01/2023**, às **09 horas**, no site **www.portaldecompraspublicas.com.br** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados pela Portaria nº 104/2022.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e os anexos que dele fazem parte, podendo ser cadastradas a partir das 08h do dia **18/01/2023** até as 08h59min do dia **30/01/2023**.

1 DO OBJETO:

1.1 A presente licitação visa a contratação de empresa especializada para elaboração, impressão, aplicação e correção de provas escritas, de títulos e práticas, referentes à Concurso Público e Seleção Pública, para um total estimado de 700 (setecentos candidatos), conforme cargos e demais especificações mínimas constantes no **Termo de Referência – ANEXO I**.

1.2 Os serviços deverão atender as exigências e condições previstas no Termo de Referência/Projeto básico conforme ANEXO I deste edital, sob pena das sanções previstas no item 18 deste edital.

1.3 A vigência do contrato é de 6 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura, prorrogável nos termos da Lei.

1.4 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 14.880,00** (catorze mil, oitocentos e oitenta reais), sendo pago o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) adicional por candidato excedente.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1 Poderão participar do certame **APENAS AS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP**, do empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto e que atenderem as exigências constantes deste edital e seus anexos.

2.2 Não poderão participar deste certame os interessados que:

- Tenha entre seus sócios ou dirigentes, alguém que seja servidor da Administração contratante;
- Interessados que se enquadram nas vedações contidas no art. 9º da Lei 8.666/1993 e observadas as definições do art. 84 da mesma lei;
- Se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, salvo por autorização judicial;
- Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, impedidos de contratar ou que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Licitantes que se apresentem constituída na forma de empresas em consórcio.

2.2.1 Os documentos que exigem assinatura deverão ser firmados pelo representante legal da empresa devendo comprovar tais poderes.

2.2.2 Caberá a empresa licitante:

2.2.2.1 apresentar impugnação, solicitar esclarecimentos e apresentar recursos, quando for o caso, exclusivamente por meio eletrônico;

2.2.2.2 responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.2.2.3 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.2.2.4 comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.2.2.5 utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3 DO CREDENCIAMENTO:

3.1 As empresas interessadas em participar do Pregão deverão credenciar-se previamente no sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.1.1 O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.1.2 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública.

4 DO REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES:

4.1 É facultado ao licitante, caso fornecido de forma prévia e correta, em substituição aos documentos necessários para habilitação nesta licitação, a utilização do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Município de Imigrante/RS, devidamente atualizado e com todos os documentos constantes no corpo do instrumento dentro do prazo de validade.

4.2 Caso alguma das certidões constantes no Certificado de Registro Cadastral do Município esteja com o prazo de validade expirado ou irá expirar até a data de abertura dos envelopes de habilitação, a licitante deverá regularizá-lo com 03 dias úteis de antecedência, junto ao setor de protocolo para avaliação e atualização pela comissão de licitações, sob pena de inabilitação.

4.3 Empresas não cadastradas, com cadastro desatualizado ou vencido, deverão providenciar seu cadastramento, atualização ou renovação, até 03 dias úteis antes da data prevista para a realização da sessão pública, caso optem pela utilização do CRC.

4.4 A lista de documentos exigidos para o Certificado do Registro Cadastral poderá ser retirada no site www.imigrante-rs.com.br.

5 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA:

5.1 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos neste edital.

5.1.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.2 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, bem como o enquadramento de beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 1.948/2021.

5.1.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.4 Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas.

5.1.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.6 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 24 horas.

5.2 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste edital e seus anexos, bem como aquelas manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivos, face aos preços correntes no mercado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

6 DA PROPOSTA FINANCEIRA:

6.1 O licitante deverá remeter, até as **08:59h** do dia **30/01/2023**, exclusivamente via sistema, a proposta financeira, contendo a descrição detalhada do equipamento e marca, observando o disposto abaixo:

6.1.1 No preço proposto deverão estar incluídas quaisquer encargos, vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

6.1.2 Prazo de validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 dias contados da data da entrega das propostas.

6.1.3 O valor da proposta financeira não poderá ser superior ao preço de referência previsto no processo licitatório, sob pena de desclassificação.

6.1.4 Caso exista planilha de custos desenvolvida na fase interna pelo Município, a empresa licitante deverá apresentar junto à proposta, a sua planilha de custos atualizada em que expresse todos os custos necessários para a execução dos serviços licitados, assinados pelo representante legal e por profissional legalmente habilitado.

6.1.5 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar declaração firmada por contador ou técnico contábil ou representante legal, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 (Anexo III).

7 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1 Para fins de habilitação, deverão ser apresentados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os seguintes documentos, em original, ou cópia autenticada previamente por tabelião ou servidor da Administração do Município:

7.1.1 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1.1 Para Microempreendedor Individual (MEI), apresentar certificado de microempreendedor individual, em que conste a(s) atividade(s) pertinente(s) ao(s) objeto(s) licitado(s) OU documento oficial emitido pela junta comercial evidenciando o enquadramento fiscal e a(s) atividade(s) pertinente(s) ao(s) objeto(s) licitado(s).

7.1.1.2 Para empresa individual, apresentar ato constitutivo registrado onde conste a(s) atividade(s) pertinente(s) ao(s) objeto(s) licitado(s).

7.1.1.3 Para sociedades comerciais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (apresentado com todas as alterações ou apresentada a consolidação), devidamente registrado na junta comercial.

7.1.1.4 Para sociedades por ações, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (apresentado com todas as alterações ou apresentada a consolidação), acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

7.1.1.5 Para sociedades civis, apresentar ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

7.1.1.6 Para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA:

7.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ.

7.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, se houver.

7.1.2.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.2.4 Licença (Alvará) de funcionamento e localização vigente e pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.2.5 Prova de regularidade com a fazenda federal (Certidão conjunta de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União) administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

7.1.2.6 Prova de regularidade com a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.2.7 Prova de regularidade com a municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.2.8 Prova de regularidade do empregador (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.1.2.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

7.1.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1.3.1 Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional para execução de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de, no mínimo, 1 atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.1.3.2 Comprovante de inscrição/registro da empresa no Conselho Regional de Administração (CRA-RS).

7.1.3.3 Comprovação de regularidade perante o respectivo Conselho – (CRA-RS).

7.1.3.4 Relação e/ou declaração formal da disponibilidade de pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação.

7.1.4 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

7.1.4.1 Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária, de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 dias da data da apresentação do documento.

7.1.5 OUTROS DOCUMENTOS/COMPROVAÇÕES:

7.1.5.1 Declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho (Anexo III).

7.1.5.2 Declaração de inexistência de fato impeditivo (Anexo IV).

8 DOS PROCEDIMENTOS:

8.1 Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, a partir do horário previsto no Edital, os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.3 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.3.1 **A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 1,00 (um real).**

8.3.2 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.3.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.

8.3.4 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3.5 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado por primeiro.

8.3.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.4 Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa aberto.

8.4.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará até 10 min (dez minutos) e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2min (dois minutos) do período de duração da sessão pública.

8.4.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *caput*, será de 2min (dois minutos) e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no *caput* e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.4.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.5 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 20min (vinte minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24h (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.6 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

8.6.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1 Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e a sua aceitabilidade.

9.2 Os documentos de habilitação serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

9.2.1 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no Edital.

9.3 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.4 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, a proponente se sujeitará às penalidades constantes neste edital.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto e no termo de referência/projeto básico desta licitação;
- b) apresentarem preço superior ao valor de referência;
- c) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;
- e) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;
- f) contiverem preços unitários que compõem o valor global apresentando discrepâncias ou variações não proporcionais entre si e/ou com o preço orçado, caracterizando com isso "jogo de planilha".

9.5.1 O licitante mais bem classificado, sob pena de desclassificação, deverá:

- a) Enviar a proposta reelaborada/atualizada (ANEXO VI) com o valor final proposto, caso tenha redução do valor ofertado decorrente da fase de lances; E
- b) Caso necessário, entregar o protocolo de requerimento junto ao órgão competente para o desenquadramento da condição de empresa optante pelo simples nacional, se a empresa estiver implicada em vedações do artigo 17 da Lei Complementar 123/2006.

9.5.1.1 O prazo para apresentação dos documentos complementares do item imediatamente anterior é de 24 horas.

10 DOS RECURSOS:

10.1 Tendo a licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública, terá ela o prazo de 03 dias úteis para apresentação das razões de recurso.

10.2 Constará na ata da sessão à síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 03 dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 03 dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10.6 Realizados os julgamentos definitivos dos recursos ou, na ausência destes, transcorrido o prazo recursal será homologada o processo licitatório e realizada a adjudicação do(s) objeto(s).

11 DO CONTRATO E SUA EXECUÇÃO:

11.1 Após o ato de adjudicação e homologação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 dias úteis, assinar o contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

11.1.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

11.2 O descumprimento desse prazo ou a desistência da licitante vencedora da adjudicação do objeto, antes da assinatura do contrato ou recebimento da ordem de fornecimento faculta à autoridade competente convocar, pela ordem de classificação, outros licitantes no mesmo prazo e condições contratuais estabelecidas, sendo permitida a atualização de preços conforme previsto neste edital.

11.2.1 A ocorrência do item anterior ocasiona a licitante vencedora as penalidades previstas neste edital.

11.3 Para assinatura do contrato, no caso de empresas optantes pelo Simple Nacional (MEI's, ME's e EPP's), deverá ser observadas as seguintes especificidades:

- a) Apresentação do desenquadramento da condição de empresa optante pelo simples nacional, **caso haja realização de cessão ou locação de mão-de-obra** de acordo com o inciso XII do artigo 17 da Lei Complementar 123/2006 combinada com a definição contida no art. 112 da Resolução CGSN 140/2018.

11.4 Para assinatura do contrato, no caso de Microempreendedor Individual (MEI), além das observações previstas no item 11.3, deverá ser observada a seguinte especificidade:

- a) Apresentação do desenquadramento da condição de **Microempreendedor Individual (MEI)**, caso os valores totais de receita bruta decorrentes de fornecimento de produtos ou da prestação de serviços forem superiores ao limite legal de R\$ 81.000,00 previstos no §1º do art. 18-A da Lei Complementar 123/2006.

11.5 O contrato deverá ser obedecido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme sanções previstas neste edital.

11.5.1 Durante toda a execução do contrato, a adjudicada se obriga a manter todas as condições previstas no termo de referência/projeto básico, bem como de habilitação e qualificação exigidas neste processo licitatório.

11.5.2 A empresa contratada deverá, na execução dos serviços, observar as leis, os regulamentos e as normas técnicas emitidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando pertinentes.

11.6 Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos projetos, encargos gerais e especificações técnicas fornecidas, sem o consentimento prévio, por escrito, do Município.

11.6.1 O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

11.6.1.1 Unilateralmente, pela contratante:

- a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa ou qualitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.

11.6.1.2 Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial.

11.7 O prazo do início do serviço e/ou fornecimento de bens será imediato a contar da data de expedição da ordem de serviço/fornecimento ou no prazo estipulado no Anexo I – Termo de referência/Projeto básico, se houver.

12 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido provisoriamente e/ou definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nas formas previstas neste instrumento e observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

13 DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 O Município exercerá a fiscalização do contrato pelo(s) fiscal(is) designado(s) no termo de referência/projeto básico, quanto aos produtos fornecidos e/ou serviços a serem realizados, que relacionarão em registro próprio todas as ocorrências pertinentes a execução do contrato, determinando a LICITANTE no que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e estipulando prazos para que sejam sanados.

13.2 Assume a LICITANTE, inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, como também as obrigações comerciais, tributárias e previdenciárias referentes à execução do contrato.

13.3 A LICITANTE é diretamente responsável pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou contra terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e acompanhamento pelo órgão interessado.

14 DA FORMA DE PAGAMENTO:

14.1 O pagamento será realizado em até 10 dias após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da nota fiscal e demais obrigações abaixo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

14.1.1.1 Prova de regularidade junto as fazendas federal, estadual e municipal, conforme requerido nos documentos pertinentes a regularidade fiscal.

14.2 O município se reserva o direito de, conforme cada situação e de acordo com o objeto contratado, realizar as retenções de tributos e contribuições devidas conforme o caso:

- a) Imposto de renda retido na fonte (Decreto Federal 300/1999);
- b) Contribuição previdenciária (IN RFB 971/2009);
- c) ISSQN na Fonte (Lei Complementar 116/2003 e Lei Municipal 1.692/2011).

14.3 Os dados bancários para depósito deverão ser em nome da empresa vencedora da licitação.

15 DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 A(s) despesa(s) referente(s) à execução do objeto deste edital será atendida através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão.....: 3 - SEC.MUN.ADMINISTRACAO, PLANEJ.E FINAN.

Unidade.....: 1 - SEC.MUN.ADMINISTRACAO, PLANEJ.E FINAN

04.122.0003.2005 MAN.E DES.DAS ATIVID.DA SEC.ADM.FAZENDA

3.3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

16 DAS OBRIGAÇÕES:

16.1 DO CONTRATANTE:

16.1.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento.

16.1.2 Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos documentos pertinentes e locais nos quais serão realizados os serviços.

16.1.3 Fiscalizar a execução contratual através do responsável designado.

16.2 DA CONTRATADA:

16.2.1 Cumprir fielmente o presente Contrato.

16.2.2 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições previstas no termo de referência/projeto básico, na habilitação e na(s) qualificação(ões) exigidas na licitação.

16.2.3 Quaisquer omissões e/ou incorreções eventualmente encontradas pela CONTRATADA no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao Município.

16.2.4 Observar, na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

16.2.5 Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato.

16.2.6 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

16.2.7 Todo e qualquer dano causado ao meio ambiente é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que ficará sujeita as penalidades previstas na legislação ambiental vigente.

16.2.8 Indicar representante à CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, caso haja necessidade.

16.2.9 O licitante mais bem classificado deverá enviar a planilha de custos reelaborada (atualizada) com o valor final proposto, caso tenha redução do valor ofertado decorrente da fase de lances orais, bem como o protocolo de requerimento junto ao órgão competente para o desenquadramento da condição de empresa optante pelo simples nacional, se a empresa estiver implicada em vedações do artigo 17 da Lei Complementar 123/2006.

16.3 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

17 DA RESCISÃO CONTRATUAL:

17.1 O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) por distrato;
- b) por rescisão, a pedido da administração, nos casos do art. 78, I a XI, da Lei de Licitações 8666/1993 em caso de culpa da contratada, por interesse público XII e XVII;
- c) por rescisão, a pedido da contratada, nos casos do art. 78, XIII a XVI.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

17.2 O distrato faz cessar as obrigações deste ajuste, sendo devido ao CONTRATADO o pagamento proporcional aos serviços prestados.

18 DAS SANÇÕES:

18.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante da licitação ou de contratante, as licitantes conforme a infração, estarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades:

18.1.1 Manter comportamento inadequado durante o certame: advertência;

18.1.2 Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 5% sobre o valor estimado da contratação;

18.1.3 Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

18.1.4 Apresentar documentação falsa: declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos;

18.1.5 Cometer fraude fiscal: declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos;

18.1.6 Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência e multa de 3% sobre o valor correspondente ao montante atualizado não adimplido do contrato;

18.1.7 Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual será considerado como inexecução contratual: advertência e multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

- a) O atraso injustificado estará configurado quando o contratado deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias contados da data da ordem de fornecimento/serviço **OU** deixar de realizar, sem causa justificada, os fornecimentos definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

18.1.8 Inexecução parcial, imperfeita, negligente ou em desacordo com as especificações do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante atualizado não adimplido do contrato;

- a) A inexecução parcial, imperfeita, negligente ou em desacordo com as especificações do contrato estará configurada quando o contratado descumprir o fornecimento de bem e/ou serviços e não atender as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente.

18.1.9 Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: ressarcimento integral dos danos, declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

18.1.10 Inexecução total do contrato: declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

18.2 A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à Administração.

18.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.4 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.5 O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IPCA, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 dias da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

18.6 As sanções previstas neste item do presente edital não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 30 da Lei federal nº 12.846/2013.

18.7 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

19.1 Até 03 dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do processo licitatório.

19.1.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não fizer dentro do prazo estabelecido.

19.1.2 Deverá o pregoeiro, encaminhar, caso for, a(s) impugnação(ões) imediatamente à autoridade competente para julgamento.

19.2 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, por este motivo, até a decisão definitiva a ela pertinente, conforme disposição legal.

19.2.1 Acolhida à petição contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para realização do certame.

19.2.2 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

19.2.3 Os eventuais atos de impugnações ou solicitação de esclarecimentos, deverão ser realizados via sistema eletrônico - www.portaldecompraspublicas.com.br.

19.2.4 Os autos deste processo licitatório permanecerão franqueados aos interessados junto ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de Imigrante/RS.

20 DO FORO:

20.1 Para dirimir questões emergentes desta licitação, fica eleito o Foro de Teutônia/RS, com renúncia expressa de qualquer outro.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1 Quaisquer informações ou dúvidas, bem como aquelas decorrentes da interpretação do edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Imigrante no Setor de Compras e Licitações ou pelo fone (51) 3754-1100, no horário de expediente da mesma.

21.2 O Município poderá revogar a presente Licitação por interesse público ou anulá-la por vício de ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, em despacho fundamentado, conforme no art. 49, §1º da Lei n.º 8.666/93.

21.3 Todas as comunicações, relativas ao presente edital serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por e-mail, fax ou carta protocolada, na sede ou representantes dos licitantes.

21.4 Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que estiver suspenso;

22 DOS ANEXOS:

22.1 São partes integrantes deste Edital:

Anexo I: Termo de referência/Projeto básico.

Anexo II: Declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho.

Anexo III: Declaração de enquadramento como microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e que deseja gozar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006.

Anexo IV: Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo V: Minuta de Contrato.

Imigrante/RS, 13 de janeiro de 2023.

GERMANO STEVENS

Prefeito Municipal

Com exceção do objeto e do quantitativo, sobre os quais este advogado não possui conhecimento técnico para se manifestar, este edital e a respectiva minuta de contrato, se encontram examinados e aprovados por esta Assessoria Jurídica, como preconiza o art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

JONAS CRISTIANO FRISTCH
ADVOGADO – OAB/RS 72.203



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada para elaboração, impressão, aplicação e correção de **provas escritas, de títulos e práticas**, referentes a **Concurso Público** que contemple os cargos e respectivos tipos de provas, e, **Seleção Pública** de provas escritas, num total estimado de 700 (setecentos) candidatos, conforme segue:

	CARGO	VAGAS IMEDIATAS	CADASTRO RESERVA	ESCOLARIDADE
SELEÇÃO PÚBLICA				
1	Agente Comunitário de Saúde, Área 1 (um): 40 Horas Semanais (CLT)	1	-	Ensino Médio Completo
2	Agente Comunitário de Saúde, Área 2 (dois): 40 Horas Semanais (CLT)	1	-	Ensino Médio Completo
3	Agente de Combate às Endemias: 40 Horas Semanais (CLT)	1	-	Ensino Médio Completo
CONCURSO PÚBLICO				
4	Técnico em Enfermagem: 40 Horas Semanais	1	-	Curso Técnico em Enfermagem
5	Fiscal Sanitário: 20 Horas Semanais	1	-	Ensino Superior Completo
6	Nutricionista: 20 Horas Semanais	-	CR	Ensino Superior Completo
7	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 22 horas semanais	2	-	Ensino Superior Completo
8	Professor de Educação Física: 22 horas semanais	1	-	Ensino Superior Completo
9	Professor de História Anos Finais do Ensino Fundamental: 22 horas semanais	-	CR	Ensino Superior Completo
10	Professor de Português e Inglês: 22 horas semanais	-	CR	Ensino Superior Completo
11	Professor de Artes: 22 horas semanais	-	CR	Ensino Superior Completo
12	Professor de Música: 22 horas semanais	-	CR	Ensino Superior Completo
13	Monitor Educacional: 40 Horas Semanais	2	-	Ensino Médio Completo
14	Motorista: 40 Horas Semanais	1	-	Ensino Fundamental Completo
15	Operador De Máquinas: 40 Horas Semanais	1	-	Ensino Fundamental Completo
16	Fiscal Ambiental: 20 Horas Semanais	-	CR	Ensino Superior Completo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

17	Fiscal Tributário: 20 Horas Semanais	1	-	Ensino Superior Completo
18	Agente Administrativo: 40 Horas Semanais	2	-	Ensino Médio Completo
19	Farmacêutico: 40 Horas Semanais	-	CR	Ensino Superior Completo
20	Técnico em RH: 40 Horas Semanais	-	CR	Ensino Técnico Completo em RH
21	Engenheiro Civil: 20 horas semanais	-	CR	Ensino Superior Completo

1.2. Caso o número de inscritos ultrapasse 700 (setecentos), será pago à contratada o valor adicional fixo por candidato, a contar do excedente.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. A empresa proponente deverá, observadas as normas aplicáveis, prestar os seguintes serviços:

- 2.1.1. **Análise técnico-jurídica** da legislação e demais dados fornecidos pelo Município, objetivando subsidiar a elaboração de edital de regulamentação do concurso público.
- 2.1.2. **Elaboração do edital de abertura das inscrições** - incluindo todos os elementos normativos do concurso, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas do Estado, bem como elaboração de extrato para publicação junto à imprensa.
- 2.1.3. **Elaboração de todos os demais editais necessários** - Homologação das inscrições, Portarias de designação de Bancas e de nomeação de fiscais das provas, de nomeação de servidores para recebimento de inscrições, convocação para provas, divulgação de resultados das provas, julgamento de recursos, homologação do resultado final e classificação dos candidatos.
- 2.1.4. **Realização de Inscrições via Internet** - A Proponente deverá disponibilizar site próprio para realização de inscrições via Internet, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias, sem interrupções. O site disporá de *link* específico para o concurso público onde, serão disponibilizadas as informações relativas ao certame, bem como ficha de inscrição, que possibilitará o preenchimento dos dados e remessa pela rede on-line. Após o preenchimento, o sistema deverá gerar um boleto com código de barras, para impressão e pagamento na rede bancária, com crédito em conta do Município de Imigrante.
- 2.1.5. **Apreciação de todas as inscrições e elaboração de edital de homologação das mesmas** - Encerrado o período de inscrições, as mesmas deverão ser analisadas individualmente pela empresa Licitante vencedora, que emitirá edital de homologação e parecer de indeferimento, se for o caso. Se indeferidas, o edital de homologação abrirá prazo recursal, sendo compromisso da licitante vencedora o suporte necessário para a apreciação dos recursos interpostos, emissão de parecer e emissão de novo edital de homologação de inscrições. A emissão e entrega do relatório de candidatos deve ser em ordem alfabética, contendo cargo e número de inscrição e as inscrições indeferidas após recursos, mediante fundamentação.
- 2.1.6. **Elaboração, padronização de linguagem, revisão, diagramação e reprodução das Provas objetivas** – Estas que serão de responsabilidade dos profissionais técnicos que compõem a Banca



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Examinadora da empresa licitante vencedora, devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, sempre em conformidade com o nível do cargo, o conteúdo programático e a bibliografia, indicados no edital que regulamenta o certame. As questões elaboradas deverão ser inéditas e exclusivas para o concurso desta municipalidade, em conformidade com o nível de escolaridade do cargo, bem como as atribuições. Após a elaboração, cabe à licitante vencedora proceder na padronização de linguagem, revisão e diagramação dos cadernos de questões. A reprodução das provas será efetuada de acordo com o número de inscritos, através de sistema informatizado, contando com impressão de alto padrão de resolução. Acondicionamento dos cadernos das provas objetivas, por sala de prova, em envelopes plásticos, opacos, invioláveis. Estes acondicionados em malotes com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança. Além dos cadernos de questões, são impressos e personalizados os cartões óticos, envelopados por sala de prova.

- 2.1.7. **Elaboração de atas e listas de presença** - Para todas as etapas de aplicação de provas e atos públicos.
- 2.1.8. **Sinalização do local das provas** – É compromisso da licitante vencedora a sinalização do local das provas, por meio de cartazes de localização das dependências.
- 2.1.9. **Aplicação das provas** – A licitante vencedora deverá designar Comissão Executiva de Coordenação, cabendo ao Município designar banca de fiscalização, que deverá receber o devido treinamento teórico-prático da empresa vencedora.
- 2.1.10. **Turno de aplicação das provas** – Aplicação das provas objetivas em até 02 (dois) turnos, no mesmo dia.
- 2.1.11. **Fornecimento do gabarito oficial** – após a realização das provas objetivas, a empresa licitante vencedora deverá fornecê-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 2.1.12. **Correção das provas por sistema de leitura ótica** – A correção dos cartões de respostas deverá ser realizada por sistema totalmente informatizado.
- 2.1.13. **Realização de Desempate de Notas**, através de Sorteio Público, caso necessário.
- 2.1.14. **Exame de Recursos Administrativos Relativos às Provas** - Será feito pela banca responsável da empresa licitante vencedora, contando com o apoio técnico dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada prova. A partir da análise e julgamento dos recursos, a licitante vencedora deverá emitir parecer individualizado para cada recurso, que será divulgado por edital.
- 2.1.15. **Relatórios Finais** - Esgotados os prazos para a interposição de recursos de todas as etapas do certame, deverá ser elaborado edital e relatório com a classificação final dos aprovados.
- 2.1.16. **Dossiê** - Ao final de todos os trabalhos relativos ao concurso público, é compromisso da licitante vencedora montar dossiê completo contemplando todos os elementos administrativos concernentes, que servirá de base à Administração Municipal, bem como será demonstrado ao Tribunal de Contas, quando da auditoria.
- 2.1.17. **Apoio técnico-jurídico** em todas as etapas do processo.
- 2.1.18. **Homepage - Internet** – Publicação de todos os atos referentes ao Concurso Público em site próprio,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

sendo divulgação de editais, relatórios de candidatos e notas de todas as etapas do certame, cronograma de eventos, dentre outros atos administrativos decorrentes da realização do Concurso Público em site próprio. O mesmo site deverá disponibilizar ainda legislação federal vigente e legislação própria do Município e outros informativos de interesse dos candidatos.

2.1.19. **Elaboração das provas escritas** - A prova escrita deverá conter 40 (quarenta) questões inéditas, por cargo, compatíveis com as atribuições, dispendo de profissionais especializados, devidamente habilitados, para comporem as Bancas Examinadoras.

2.1.20. **Aplicação de provas práticas:** As provas práticas serão aplicadas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas, sendo que o percentual de pontos sobre a nota final seguirá legislação municipal.

2.1.20.1. As provas práticas acima mencionadas somente serão aplicadas aos 20 (vinte) candidatos em cada cargo, com maior pontuação na prova escrita e devidamente aprovados.

2.1.21. **Prova de títulos:** Para os cargos de Monitor Educacional, Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Educação Física, Professor de História Anos Finais do Ensino Fundamental, Professor de Português e Inglês, Professor de Artes, Professor de Música, haverá pontuação também por títulos, ficando a cargo da contratada o recebimento, análise, recursos e pontuação.

2.1.22. Demais serviços correlacionados necessários para execução do objeto.

2.2. DEMAIS CONDIÇÕES

2.2.1. O local de realização do concurso (aplicação das provas objetivas) será determinado e de responsabilidade do Município de Imigrante.

2.2.2. As máquinas/veículos para aplicação da prova prática serão disponibilizadas pelo Município.

2.2.3. Os fiscais de sala serão disponibilizados pelo Município, devendo a contratada fornecer orientações/treinamento aos mesmos.

2.2.4. Todos os editais relacionados ao certame deverão ser encaminhados ao Departamento Pessoal e/ou banca executiva, no mesmo dia de sua elaboração, para fins de publicidade no site oficial do Município e lançamento no Sistema SIAPESWEB do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), se for o caso.

2.2.5. A execução dos serviços deverá obedecer ao Decreto Municipal nº 1.800/2019, bem como o Manual de Boas Práticas em Concursos Públicos do Tribunal de Contas do Estado/RS (disponível em <https://tcers.tc.br/sistemas-de-controle-externo/?section=SIAPES>).

2.2.6. A validade do certame será de 2 anos, prorrogável por igual período.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Considerando a necessidade da realização de concurso público e seleção pública para provimento de vagas do quadro de servidores da Administração Municipal, conforme demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais (PA 26.828/2022), em razão da defasagem do quadro atual de servidores e para preenchimento de novos cargos criados, bem como para cadastro reserva no caso de vacância e/ou abertura de novas vagas no prazo de validade do certame, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realização do certame.

4. HABILITAÇÃO DA EMPRESA

4.1. Inscrição da empresa no Conselho Regional de Administração – CRA/RS;

4.2. Comprovante de regularidade da empresa perante o respectivo Conselho - CRAS/RS.

4.3. Atestado de capacidade técnico-operacional.

4.4. Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, em conformidade com a Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

5. VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

5.1. A execução deverá ser imediata após assinatura do contrato pela licitante vencedora.

5.2. A contratação terá vigência de 6 (seis) meses, a contar da assinatura, prorrogável nos termos da Lei nº 8.666/93.

5.3. A fiscalização do contrato será realizada pela Secretária da Administração.

Imigrante, 23 de dezembro de 2022.

Daiana Röhsig

Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDO INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA E QUE DESEJA GOZAR DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 42 A 49 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

_____, (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____,

DECLARA para fins de **Habilitação** junto ao Edital de **Pregão Eletrônico** nº _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**, conforme §1º do Art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.
() **MICROEMPRESA – ME**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
() **COOPERATIVA**, conforme art. 34 da Lei 11.488/2007.

() A empresa **está excluída das vedações constantes** do §4º do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

_____, _____ de _____ de _____
(Local de Data)

Representante Legal

Contador e nº CRC

OBS.:

- 1) A declaração acima deverá ser assinalada com um "X" nas opções escolhidas, ratificando-se a condição jurídica e/ou da empresa licitante.
- 2) A declaração incorreta e/ou inverídica implica nas sanções previstas neste edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ao pregoeiro e equipe de apoio.
Pregão Eletrônico nº. _____

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do
CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666/1993, acrescido pela Lei nº. 9.854/1999, que **não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois seis anos.**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

_____, _____ de _____ de _____
(Local de Data)

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

Nº do CPF



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de habilitação no edital do **Pregão Eletrônico** nº _____ e, conforme disposto na lei federal nº 12.846/13, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data:

() **NÃO** possui qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

() **NÃO** está cadastrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

() **NÃO** está cadastrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

() **NÃO** está enquadrada nas vedações do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de _____
(Local de Data)

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do CPF

OBS.:

A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição da empresa licitante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Vigência:	De XX/XX/202X à XX/XX/20XX
Valor total:	R\$ XXX.XXX,XX
Processo Administrativo nº:	XX.XXX/202X
Origem:	Pregão Eletrônico nº XXX/202X – Edital XXX/202X

O MUNICÍPIO IMIGRANTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Rua Castelo Branco, nº 15, inscrita no CNPJ sob nº 92.454.776/0001-08, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal Sr. xxxxxxxxx, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX/XX, neste ato simplesmente denominado CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairro xxxxxxx, na cidade de xxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com Inscrição Estadual nº xxxxxxxxx e Inscrição Municipal nº xxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente tem, como fundamento legal, adjudicação e homologação de proposta de preços efetuada no Procedimento Licitatório nº XXX/XXXX, Tipo menor preço por item, Modalidade Pregão XXXXX, fundamentado pela Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da lei federal nº. 8.666/1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Constitui o objeto desta licitação, a contratação de empresa para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme especificados no ANEXO I – Termo de referência/Projeto básico do Edital XXX/2022 e informações abaixo:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Valor Total
1	1	und	Elaboração, impressão, aplicação e correção de provas escritas, de títulos e práticas , referentes a Concurso Público que contemple os cargos e respectivos tipos de provas, e, Seleção Pública de provas escritas, num total estimado de 700 (setecentos) candidatos, conforme cargos e especificações do Termo de Referência.		

CLÁUSULA II – DO PREÇO

§ 1º - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ XXX.XXX,XX, correspondendo ao(s) item(ns) adjudicado(s) da proposta financeira realizada no procedimento licitatório anteriormente mencionado.

§ 2º - No preço considera-se incluídas todas as despesas de mão-de-obra e despesas relativas a salários, assistência técnica, previdência social, tributos, seguros, fretes, lucro, ressarcimentos, indenizações e tudo mais que for necessário, inclusive considerando eventuais dificuldades para o fornecimento de bens e/ou realização de serviços.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será realizado em até 10 dias após o fornecimento dos produtos e/ou execução efetiva dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e demais obrigações abaixo:

I – A nota fiscal/eletrônica emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo licitatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

II – Apresentação dos relatórios complementares de execução do objeto, caso requerido no procedimento licitatório que originou o contrato.

III - Prova de regularidade junto as fazendas federal, estadual e municipal, conforme requerido nos documentos pertinentes a regularidade fiscal.

IV – Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

V - Ocorrendo atraso no pagamento por culpa da CONTRATANTE, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 2º - O município se reserva o direito de, conforme cada situação e de acordo com o objeto contratado, realizar as retenções de tributos e contribuições devidas conforme o caso:

I - Imposto de renda retido na Fonte (Decreto Federal 300/1999).

II - Contribuição previdenciária (IN RFB 971/2009).

III - ISSQN na Fonte (Lei Complementar 116/2003 e Lei Municipal 1.692/2011).

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

§ 1º - O prazo do início do serviço e/ou fornecimento de bens será imediato a contar da data de expedição da ordem de serviço/fornecimento ou no prazo estipulado no Termo de referência/Projeto básico do edital, se houver.

§ 2º - Após a conclusão do fornecimento de bens e/ou execução dos serviços, o mesmo será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

§ 3º - O recebimento definitivo dos bens e/ou execução dos serviços, pelo responsável técnico ou comissão especialmente designada, mediante termo circunstanciado emitido pelas partes, será emitido no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do serviço.

§ 4º - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela reparação, correção, remoção ou substituição, às suas expensas e no prazo assinalado, do bem e/ou da execução do(s) serviço(s) objeto da presente contratação, se esse(s) apresentar(em) vícios, defeitos ou incorreções.

§ 5º - O presente contrato poderá ser prorrogado a critério da Administração nos termos da lei e mediante termo.

§ 6º - Não é permitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§ 1º - A despesa objeto do presente contrato será atendido por meio da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Unidade:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Projeto/Atividade:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Despesa:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA VI – REGIME DE EXECUÇÃO

§ 1º - A empresa contratada realizará o fornecimento de bens e/ou execução dos serviços de acordo com o previsto no Termo de referência/Projeto básico e demais condições previstas no edital do processo licitatório.

§ 2º - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos projetos, encargos gerais e especificações técnicas fornecidas, sem o consentimento prévio, por escrito do Município.

§ 3º - O contrato deverá ser obedecido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 4º - A empresa contratada deverá, no fornecimento de bens e/ou execução dos serviços, observar as leis, os regulamentos e as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES

§ 1º - DO CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento.

II – Reter na fonte os tributos incidentes nos percentuais incidentes e, caso for, repassar a quem de direito, na forma e prazos legais, sob pena de responsabilidade.

III – Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos documentos pertinentes e locais nos quais serão realizados os serviços.

IV – Fiscalizar a execução contratual através do servidor indicado no termo de referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

§ 2º - DA CONTRATADA

I – Cumprir fielmente o presente instrumento, inclusive observando integralmente todas as condições descritas no ANEXO I – Termo de referência/Projeto básico.

II – Entregar os produtos e/ou executar os serviços de acordo com a qualidade e características apresentadas na proposta e constante do contrato, sendo vedada a substituição sem a prévia aprovação do Município.

III – Observar, na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

IV – Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros acréscimos legais que venham a incidir sobre o presente contrato.

V – Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

VI – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VII – Indicar representante à CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, caso haja necessidade.

VIII – Todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que ficará sujeita as penalidades previstas na legislação ambiental vigente.

CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES:

§ 1º - Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, poderá aplicar às seguintes sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

I – Manter comportamento inadequado durante o contrato: advertência.

II – Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 5% sobre o valor estimado da contratação.

III – Apresentar documentação falsa: declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos.

IV – Cometer fraude fiscal: declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos.

V – Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência e multa de 3% sobre o valor correspondente ao montante atualizado não adimplido do contrato.

VI – Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual será considerado como inexecução contratual: advertência e multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato.

a) O atraso injustificado estará configurado quando o contratado deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias contados da data da ordem de fornecimento/serviço **OU** deixar de realizar, sem causa justificada, os fornecimentos definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

VII – Inexecução parcial, imperfeita, negligente ou em desacordo com as especificações do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante atualizado não adimplido do contrato.

a) A inexecução parcial, imperfeita, negligente ou em desacordo com as especificações do contrato estará configurada quando o contratado descumprir o fornecimento de bem e/ou serviços e não atender as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente.

VIII – Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: ressarcimento integral dos danos, declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

IX – Inexecução total do contrato: declaração de inidoneidade pelo prazo de até 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

X – A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à Administração.

XI – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XII – Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

XIII – O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IPCA, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 dias da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

XIV – As sanções previstas neste item do presente edital não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 30 da Lei federal nº 12.846/2013.

XV – As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

§ 1º - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na lei federal nº 8.666/1993, na lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA X – DA RESOLUÇÃO

§ 1º - O Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I – por distrato;

II – por rescisão, a pedido da administração, nos casos do art. 78, I a XI da lei federal 8.666/1993, em caso de culpa da contratada, por interesse público XII e XVII;

III – por rescisão, a pedido da contratada, nos casos do art. 78, XIII a XVI da lei federal 8.666/1993.

CLÁUSULA XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º - É competente o Foro da Comarca de Teutônia/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato.

§ 2º - E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual forma e teor na presença de (02) duas testemunhas para que produza os efeitos jurídicos e legais.

Gabinete do Prefeito, Imigrante/RS, XX de XXXXXXXXXXXX de 2023.

Representante Legal
Nome da Empresa
CONTRATADA

Germano Stevens
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Testemunha 1
CPF:

Testemunha 2
CPF: